

Pré-print

Nos métodos de comunicação científica do séculos 19 e 20, duas características se sobressaíam: tudo era impresso, e demandava-se muito tempo para a informação começar a circular (desde a submissão do artigo até a efetiva publicação, podia-se levar mais de um ano) . Obviamente, quando comparamos com o nosso padrão praticamente instantâneo do século 21, este “muito tempo” pode parecer excessivamente longo!

Até o início dos anos 1990, a única alternativa institucionalmente aceita para divulgação dos relatos de pesquisa nas ciências naturais (biológicas, médicas, física, química e correlatas) era através do ciclo de submissão-avaliação-edição-publicação em revistas especializadas com avaliação pelos pares. A partir do começo dos anos 1960, duas iniciativas para acelerar a circulação de informação científica foram testadas, sendo que uma delas (na área da física), resultou em algo que seria revolucionário: o preprint digital.

Em 1961, o Instituto Nacional de Saúde dos EUA (NIH) promoveu um programa (Information Exchange Groups (IEGs)) para circular entre os seus pesquisadores manuscritos que ainda haviam sido submetidos a publicação (9). Este programa alcançou algum êxito, mas foi abandonado alguns anos depois porque as revistas não aceitaram publicar artigos que já haviam sido lidos (divulgados) previamente entre os cientistas (9). A comunidade de cientistas da área biomédicas / biológicas teria que esperar por mais de 40 anos até o surgimento de uma nova iniciativa com potencial para mudar a cultura de pré-publicação nesta área (duas outras tentativas não foram bem sucedidas).

Em uma outra iniciativa de caráter ‘comunitário’, isto é, sem a formalidade de um programa institucional, algumas áreas da física faziam a disseminação de manuscritos antes da submissão a revistas, para que fossem lidos e comentados criticamente pelos membros dessas áreas. O alcance dessa iniciativa, no entanto, era limitado por causa dos custos de postagem e do tempo de espera para retorno dos manuscritos. Assim mesmo, tornou-se uma prática aceitável para as principais revistas da área, que permitiam a publicação de alguns desses manuscritos “*lidos previamente*” pela comunidade (10). Essa cultura amigável ao “pre-print” na comunidade de física, resultaria na criação, em 1991, do primeiro repositório eletrônico de pre-prints, o arXiv, pelo físico Paul Ginsparg, então no Los Alamos National Laboratory, EUA. O arXiv foi alocado posteriormente na Univ Cornell, sendo apoiado com recursos desta universidade, e de fundações privadas. O ArXiv.org é considerado a “mãe” de todos os pre-prints digitais.

O estabelecimento do ArXiv.org abriria o caminho para anos mais tarde, em 2013, surgir um bem sucedido repositório de pré-publicação para as ciências biomédicas/biológicas, o BiorXiv. Ele está operando com o suporte do Cold Spring Harbor Laboratory, em Nova Iorque-EUA, e recebe apoio financeiro de fundações privadas (e.g. Fundação Chan Zuckerberg). Os artigos são depositados pelo autor responsável no repositório, e após a inspeção do curador, o artigo estará visível em mais ou menos 24 horas, podendo ser lido, comentado, compartilhado, e até mesmo citado pois tornou-se um objeto digital identificado ao receber o número DOI. Desse momento em diante, este artigo não poderá mais ser removido do repositório, exceto se for identificado qualquer infração à ética de publicação ou as boas práticas científicas. Neste caso, o artigo sofrerá um processo de “retração/retirada/despublicação”, similar ao que ocorre no modelo de publicação tradicional. Poderá

no entanto, receber novas versões, atualizações, para as quais novos DOI serão gerados. Dessa forma, o artigo em repositório pre-print se torna um “living article” - artigo vivo- pois poderá sempre ser modificado (atualizado) a critério do autor. Mas o mais importante diferencial do repositório pre-print é o que está implícito na sua designação: os artigos ali depositados não passam pela avaliação dos pares, ou seja, não “recebem a certificação tradicional” da publicação científica.